

Conservação ambiental e soberania territorial na Baía de Todos Os Santos

Environmental conservation and territorial sovereignty in Baía de Todos os Santos

Paula Regina de Oliveira Cordeiro¹

RESUMO:

O artigo aqui proposto reflete a existência de inúmeras comunidades tradicionais que compõem a diversidade da Baía de Todos os Santos (BTS), com destaque para as comunidades pesqueiras e quilombolas. A partir da coleta de dados em trabalhos de campo e das narrativas comunitárias, percebemos que tais comunidades são guardiãs da biodiversidade, conservando a natureza a partir do estabelecimento de práticas espaciais ancestrais, sobre as quais constroem suas territorialidades. No entanto, a conservação ambiental na BTS vem sendo ameaçada a partir do momento que tais territórios estão em perigo, seja pela implantação de empreendimentos industriais ou do turismo, seja pela tentativa de apropriação privada dos territórios das comunidades pesqueiras e quilombolas. Como resultado da pesquisa, o artigo apresenta alguns dos conflitos territoriais, apontando a necessidade de garantia da soberania territorial como forma de assegurar a conservação ambiental já realizada por essas comunidades na BTS.

PALAVRAS-CHAVE: Conservação ambiental; soberania territorial; Baía de Todos os Santos.

¹ Geógrafa. Mestra e doutoranda em Geografia. Professora da Universidade do Estado da Bahia e da Especialização em Assistência Técnica, Habitação e Direito À Cidade (UFBA). E-mail: paulareginacordeiro@gmail.com. <https://orcid.org/0000-0002-5832-3860>

ABSTRACT:

The article proposed here reflects the existence of numerous traditional communities that make up the diversity of Baía de Todos os Santos (BTS), with emphasis on fishing and quilombola communities. From the collection of data from field work and community narratives, we realized that such communities are guardians of biodiversity, conserving nature from the establishment of ancestral spatial practices, on which they build their territorialities. However, environmental conservation in the BTS has been threatened from the moment that such territories are in danger, either by the implementation of industrial enterprises or tourism, or by the attempt of private appropriation of the territories of fishing communities and quilombolas. As a result of the research, the article presents some of the territorial conflicts, pointing out the need to guarantee territorial sovereignty as a way to ensure the environmental conservation already carried out by these communities in the BTS.

KEYWORDS: Environmental Conservation; territorial sovereignty; Baía de Todos os Santos.

Os caminhos da Baía de Todos os Santos: águas conflituosas

A Baía de Todos os Santos (mapa 1) é um território constituído a partir da relação mais ou menos conflituosa entre indígenas, africanos e europeus. Esses diversos povos produziram uma dinâmica particular que é notada até o presente. A própria denominação de “Baía de Todos os Santos” demonstra essa situação conflituosa, pois é fruto da substituição da denominação Tupinambá “Kirimurê”, sendo rebatizada ainda em 1501 pelos Portugueses, como um ato colonial.

Mapa 1 - Localização da Baía de Todos os Santos



Fonte: Fonte: IBGE, 2010.
Elaboração: CORDEIRO, 2019.

A Baía de Todos os Santos (BTS) margeia grande parte da região geográfica-cultural do Recôncavo Baiano, essa região possui importância singular na constituição da Bahia e do Brasil contemporâneo. Sobre esse território aconteceram as primeiras batalhas dos povos indígenas pela manutenção do seu modo de vida, com destaque para os Tupinambás e foi onde primeiro desembarcaram os/as Africanos/as, que posteriormente seriam colocados em situação de escravização. Aqui se formaram quilombos, terreiros e diversas revoltas dos/as Africanos/os

escravizadas/os. Foi nesse território que primeiro se desenvolveram as *plantations*, no momento da colonização portuguesa.

O artigo em questão se concentra na existência de inúmeras comunidades tradicionais que compõem a diversidade da BTS, com destaque para as comunidades pesqueiras e quilombolas. Tais comunidades são guardiãs da biodiversidade, conservando a natureza a partir do estabelecimento de práticas espaciais ancestrais, sobre as quais constroem suas territorialidades. No entanto, a conservação ambiental na BTS vem sendo ameaçada a partir do momento que tais territórios estão em perigo, seja pela implantação de empreendimentos industriais ou do turismo, seja pela tentativa de apropriação privada dos territórios das comunidades pesqueiras e quilombolas.

Posto isto, neste artigo, realizarei considerações acerca das territorialidades das comunidades tradicionais com finalidade de demonstrar a conservação ambiental já realizada pelas mesmas na BTS, trarei também alguns conflitos enfrentados por essas comunidades, bem como a necessidade de garantir a soberania desses territórios para a conservação ambiental.

Os territórios quilombolas e da pesca artesanal na Baía de Todos os Santos

Os povos e comunidades tradicionais constituem aproximadamente cinco milhões de Brasileiros e ocupam um quarto do território nacional (SEPPPIR, 2013). As comunidades tradicionais, nas suas práticas transmitidas ancestralmente de geração em geração, estabelecem uma relação com a natureza de modo a conservá-la. Na BTS isso não é diferente. As comunidades de pescadores e pescadoras artesanais e quilombolas mantêm uma relação na qual além de conservarem a natureza produzem biodiversidade, a partir do entendimento ancestral do ciclo da natureza, tendo o respeito um fundamento para o estabelecimento do seu modo de vida.

Nas comunidades quilombolas e de pescadoras e pescadores artesanais, por exemplo, podemos perceber isso a partir da relação imbricada na qual a pesca artesanal organiza os territórios das comunidades. Quando adentro o Quilombo Conceição, por exemplo, me percebo envolta de uma realidade na qual a pesca artesanal conforma o território. Por todo ele, encontramos munzuás, barcos, redes, estando estes dispostos não apenas nas áreas de mangue ou no mar, mas nas habitações, no qual as conchas trituradas se encontram tanto misturadas ao

material construtivo dessas, quanto na frente das casas, servindo para confecção de artesanatos e outros artefatos locais, encontram-se também nas pequenas lojas, nos carros, enfim, a pesca artesanal está presente no cotidiano dessa comunidade.

Sobre a força das águas Elionice Conceição Sacramento, quilombola e pescadora desse quilombo, em sua dissertação de mestrado afirma que:

Pensando minha ancestralidade, desde o Continente Africano até nossa presença nesta Comunidade, estamos na oitava geração que nossa memória dá conta de acionar. Minha relação com as águas não poderia ser superficial. Mergulhada em águas no ventre desfrutei de cuidado e conforto, logo ao sair do ventre me deparei com os desafios que as águas tendem a nos colocar. Morando em território de águas, diariamente sou desafiada a ouvir suas mensagens que se apresentam através de signos e códigos diferentes. Minha relação com as águas, eu repito, só poderia ser profunda. Vale dizer que nós, as pescadoras, nos autoafirmamos mulheres das águas. Pescadoras e pescadores são consideradas/os populações das águas (...) (SACRAMENTO, 2019, p.18).

No Quilombo Conceição, a pesca artesanal respeita a ciclicidade reprodutiva das espécies, o tempo das marés e do calendário lunar, a agricultura é feita a partir de consórcios nos quais diversas espécies são utilizadas articuladamente, protegendo o solo e evitando processos erosivos. Há também a utilização de adubos e fertilizantes naturais, negando-se a aplicação de agrotóxicos e respeitando também a época de plantio e colheita das espécies.

O território pesqueiro possui dimensão múltipla. Aproxima-se do território quilombola na medida em que é uma articulação de lugares materiais e imateriais:

Quer dizer que os locais sagrados, as roças, os pesqueiros, as igrejas, os apetrechos de pesca e outros bens materiais produzidos pelo homem e que guardem relação com a identidade, com a história daquele grupo social devem ser protegidos pelo Estado. Os bens de natureza imaterial são as histórias, danças, canções, conhecimentos sobre a pesca passados de pai para filho ou pela comunidade e tudo o mais deve ser preservado para que as gerações futuras possam conhecer e manter vivos seus costumes, suas histórias de vida (MPP, 2016, p. 8).

Sem esses elementos a reprodução social, econômica e cultural dos grupos fica comprometida. A especificidade dos territórios pesqueiros se dá pela articulação entre os espaços aquáticos e terrestres, englobando aí as áreas de manguezais: “O território envolve as

áreas de pesca e coleta, as áreas de moradias, os locais de embarque e os trajetos com seus barcos, os locais sagrados e as áreas necessárias à reprodução física e cultural do grupo.” (MPP, 2016, p. 19).

Assim como outros territórios tradicionais, as atividades cotidianas são exercidas através da experiência comunitária entre os grupos, conferindo a característica coletiva de diversas porções dos territórios. Nos territórios pesqueiros essa organização é devida ao próprio modo de ser da pesca artesanal, a qual necessita do compartilhamento e de trocas de instrumentos, apetrechos, conhecimentos e técnicas pesqueiras para a sua realização. Segundo os/as pescadores/as:

(...) o território pesqueiro é o espaço fundamental para que as comunidades tradicionais pesqueiras possam continuar a existir enquanto grupo social diferenciado, para que as futuras gerações possam exercer a pesca e continuar a transmitir seus conhecimentos tradicionais sobre as marés, os rios, os astros, os diversos pescados, enfim sobre a vida dos pescadores. Para que os conhecimentos tradicionais dos pescadores e pescadoras sejam preservados. (MPP, 2016, p.19).

Apesar de ser passível de sistematização, essa organização da pesca artesanal só pode ser realizada por aqueles/as que detêm o conhecimento pesqueiro. A continuidade da atividade pesqueira artesanal depende, então, da transmissão oral através dos mestres e mestras da pesca. Fica sobre responsabilidade da tradição oral o ensinamento das normas comunitárias, a transmissão das técnicas de pesca, a hereditariedade sobre os pesqueiros e, quando houver, a transmissão de responsabilidades religiosas ou espirituais: “Os pescadores e pescadoras artesanais possuem tradicional modo de viver e de lidar com a natureza, têm história e cultura de raízes profundas que são passadas através da oralidade, de geração para geração” (MPP, 2012, p. 4) 17. A base, portanto, de consolidação e permanência da pesca artesanal é a comunidade. Se não houvesse comunidade, as técnicas e modos de fazer da pesca artesanal estariam comprometidos. É na comunidade que a oralidade é realizada e é através desta que as experiências na pesca artesanal serão aperfeiçoadas e os segredos da atividade pesqueira conservados e perpetuados.

Segundo Cristiano W. Noberto Ramalho:

Ser pescador artesanal é tornar-se portador de um conhecimento e de um patrimônio sociocultural, que lhe permite conduzir-se ao saber o que vai fazer nos caminhos e

segredos das águas, e amparar seus atos em uma complexa cadeia de inter-relações ambientais típicas dos recursos naturais aquáticos (RAMALHO, 2006, p. 52).

Nas palavras de Marizelha Lopes, do MPP: “Os povos das águas não podem ser vistos somente como profissionais, mas através do seu modo de viver, de se relacionar com a natureza; garantem a manutenção de diversos ecossistemas existentes no país.” (LOPES, 2016).

A relação com a natureza e o território assume centralidade no modo de viver dos pescadores, já que é através dele que é construída a memória coletiva e a própria sustentação do modo de vida. É sobre o território preservado que os pescadores desenvolvem suas técnicas de extração de pescados e mariscos, garantindo a sustentação de suas famílias, colocando o alimento na mesa dos Brasileiros, bem como preservando os estoques pesqueiros. Não é à toa que a preservação do território pesqueiro é a grande frente de atuação do Movimento de Pescadores e Pescadoras Artesanais (MPP).

Esse território se articula diretamente com a identidade. Para o MPP sem o território a identidade se esvai de sentido. A identidade é tradicional, são homens e mulheres pescadores/as e marisqueiras que vivem com e dos ecossistemas marinhos ou ribeirinhos, o território compõe a identidade. Os valores são cultivados a partir dessa relação.

Esse é um elemento muito importante da cosmopercepção africana na BTS: os seres e o território existem em relação constante, sendo refeitos a partir da experiência e das possibilidades territoriais.

Através do Processamento Digital de Imagens (PDI) conseguimos identificar, a partir do conhecimento prévio de campo, que as áreas ambientalmente conservadas têm relação direta com a localização dos territórios tradicionais. O Mapa 2 apresenta em rosa, áreas construídas e em verde, áreas com vegetação conservada.

Mapa 2



Fonte: CORDEIRO, 2019

Quando aproximamos a escala podemos ver, por exemplo, no Nordeste da Baía de Todos os Santos (mapa 3), a espacialização socioambiental presente.

Mapa 3



Fonte: CORDEIRO, 2019

O mapa acima espacializa a área de manguezal e a localização do solo exposto. Sobrepostos a estes, estão as poligonais em vermelho, representando os empreendimentos e em preto as comunidades tradicionais do nordeste da BTS com exceção da Ilha de Maré.

Percebemos o impacto causado pelos empreendimentos em relação ao impacto causado pelas comunidades. Quando os empreendimentos são instalados, o manguezal é o primeiro a ser destruído e aterrado, dando espaço para as infraestruturas necessárias à consolidação destes. Já as comunidades tradicionais, utilizam a natureza no sentido de garantir seu modo de viver, estando o manguezal conservado.

Considero as comunidades tradicionais da BTS fundamentais para a conservação tanto da biodiversidade quanto da sociodiversidade, duas faces de uma totalidade.

A evolução da biodiversidade de uma área, em escala histórica e não geológica, deve ser considerada como produto da história da interação entre a humanidade e a natureza. Se a natureza está se degradando com maior velocidade, é fruto da mudança no padrão de comportamento entre a humanidade e natureza, ou seja, reflexo dos padrões de uso do território e dos elementos naturais associados, fruto de determinados modos de vida, associados aos modos de produção, ao longo de determinado tempo.

As populações tradicionais possuem técnicas próprias de uso e manejo da natureza; com suas práticas promovem, por exemplo, a regeneração de áreas degradadas e a ciclagem de nutrientes. Esses conhecimentos só são perpetuados se houver a comunidade. Sem comunidade não há conhecimento tradicional, por isso é imperativo o respeito ao território das comunidades tradicionais.

São essas relações que eu vejo espalhadas por toda a BTS. São relações familiares e comunitárias, todas elas se articulando através da relação com a natureza. No Quilombo Rio dos Macacos, localizado na Região Metropolitana de Salvador, no município de Simões Filho as áreas de lazer são extensas, todas elas articuladas com a natureza. As crianças se divertem subindo nas árvores, pegando picula e desenvolvendo várias brincadeiras no chão de barro presente em todo o território.

No Quilombo Rio dos Macacos a pesca artesanal se realiza nas águas salgadas da BTS, mas também nos rios que irrigam o seu território, aqui a Floresta Atlântica é volumosa, principalmente nos cursos dos rios. Boa parte dos rios no território possui a mata ciliar preservada (figuras 1, 2, 3 e 4). Até mesmo onde estão construídas as habitações, a floresta está

em comunhão com a ocupação humana, devido ao sistema de agrofloresta adotado pela comunidade²³. As quatro áreas com incidência de desmatamento são (I) a Vila Naval da Barragem, na qual estão instaladas as habitações da Marinha do Brasil; (II) o centro de treinamento de fuzileiros navais, uma área cuja proximidade com as empresas químicas deixou um legado de destruição completa em lagoa tradicional da comunidade, dessa mesma área foi retirada areia para construção da Vila Naval da Barragem (figuras 5 e 6); (III) um trecho do Rio dos Macacos, o qual passa pela área da Marinha (foi me negada a permissão de tirar fotografias).

Figuras 1, 2, 3 e 4 - Rios do Quilombo Rio dos Macacos



Fonte: CORDEIRO, 2019

Figuras 5 e 6 - Lagoa Poluída e contaminada



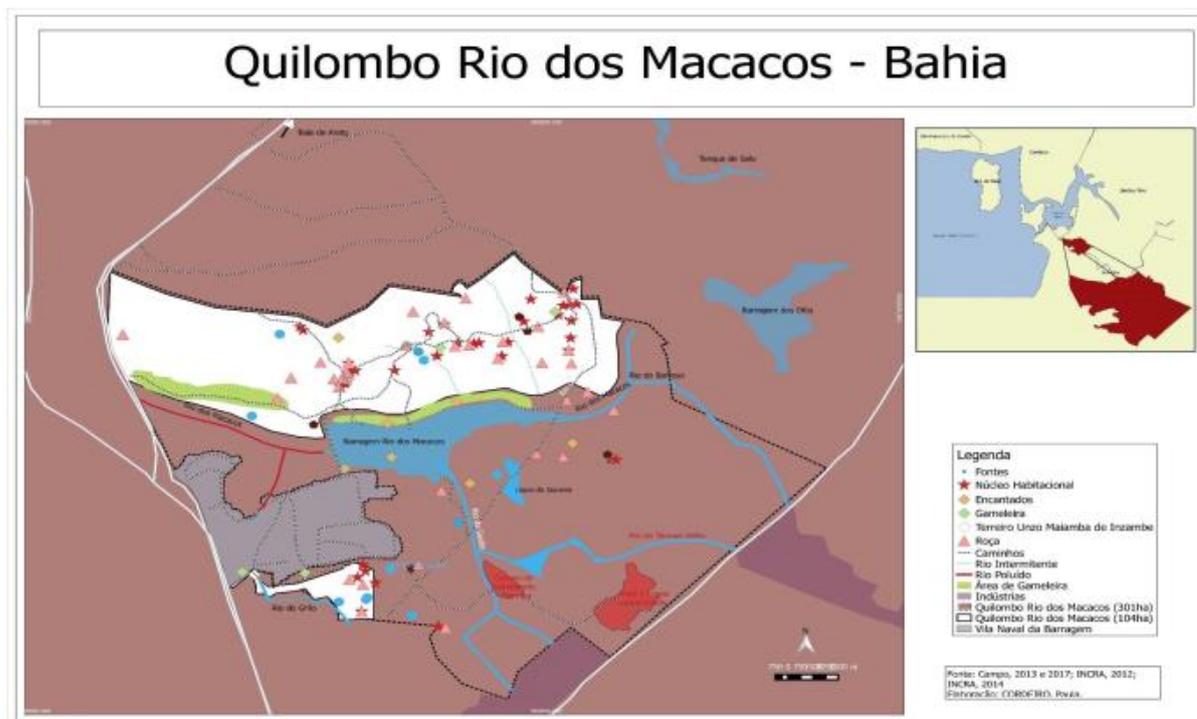
Fonte: Cordeiro, 2019

Apesar de possuir na pesca artesanal e na agricultura suas fontes de subsistência secular, o território quilombola e pesqueiro de Rio dos Macacos possui uma situação conflituosa que se

arrasta desde pelo menos a década de 1950, quando as habitações, terreiros de Candomblé e roças foram derrubadas no para implantação da Vila Militar Naval na década de 1950, tendo como consolidação da presença militar, a década de 1970, com o barramento do Rio dos Macacos.

O Rio dos Macacos, sem dúvida é atualmente um símbolo da re-existência quilombola, não apenas por nomear a comunidade, mas por abrigar o conflito que fragmentou o território quilombola em duas glebas, a gleba (a) com 98,2 755 hectares e a gleba (b) com 5, 8057 hectares, transformando uma reivindicação territorial de 301 ha, em uma regularização fundiária de 104 ha (Mapa 4). O Rio dos Macacos, tem sido objeto de disputa mesmo após a emissão do título quilombola, pois se os quilombolas o utilizam para a pesca, para consumo de animais e para a irrigação de suas plantações, a Marinha defende a necessidade de construção de um muro como impedimento do acesso dessas águas aos quilombolas. Essa necessidade vem do entendimento de que o Rio dos Macacos é uma área de segurança nacional, já que abastece a segunda maior base militar do país.

Mapa 4 - Quilombo Rio dos Macacos, 104 ha



Elaboração: CORDEIRO, 2019.

Em audiência pública realizada em 2018, a necessidade do muro e do portão contornando o Rio dos Macacos foi posta pela Marinha do Brasil:

Eu tenho a autorização pelo meu Almirante de efetuar uma proposta de utilização, de certo modo compartilhado, colocando um portão efetivamente próximo da barragem, depois do muro já construído e com a segurança necessária para todo o pessoal das 514 residências existentes dentro da Vila Naval da Barragem (...). Eu li que a demanda da Comunidade Rio dos Macacos pela barragem é acesso à água para a pesca e acesso à água para os ritos de matrizes afrodescendentes. Aquelas pessoas que tiverem efetivamente um cadastro de alguma entidade de pesca e apresentarem essa documentação poderão ter acesso, desde que efetivamente sejam encaminhadas, do mesmo modo para os ritos de matrizes africanas (MARINHA, 2018).

Rose Meire, liderança do Quilombo Rio dos Macacos expressou a sua preocupação e insatisfação com a proposta, em suas palavras:

Boa tarde a todos e a todas, primeiramente os mais velhos. Assim, escutar uma fala que já aconteceu quando eu tinha a idade de 7 anos, se repetir nessa mesa com meus 39 anos. É difícil doutor Luciano escutar essas coisas porque eu sou uma das pessoas que sabe a dor da perda em questão de violência, em questão do Governo Federal, da Marinha de guerra do Brasil. E infelizmente tem alguns militares que usam essa farda para destruir a nação, porque eu sou a nação. Então assim, é difícil ouvir essa fala em questão de portão que já aconteceu de ter um portão em cima da barragem, retirando a ida e a vinda da comunidade, retirando todos os direitos que a comunidade tem, com dois homens com fuzis na mão, espancando criança, idoso, adolescente e todas as gerações. Eu sou uma dessas crianças que foi espancada ali. (...) A gente sabe, a Marinha de guerra do Brasil sabe o que acontece lá dentro do quilombo em questão das violências. Então assim, a gente não pode permitir esse portão, para que mulheres sejam estupradas como já aconteceu ali em cima e vários tipos de violência aconteceu ali porque a gente ia pegar água. A gente não pode aceitar em questão daquele muro que vai destruir a nossa comunidade, as nossas vidas. A gente não quer o domínio da barragem, a gente quer o uso compartilhado da água (ROSE MEIRE, 2018).

No Quilombo Conceição, citado anteriormente, boa parte dos conflitos vivenciados se dá em torno da prática da pesca artesanal. A existência da carcinicultura e dos seus tanques para criação de camarão confinado, a tentativa de expropriação de famílias da coroa do garro, com fins a construção de um empreendimento de turismo, ou mesmo a privatização de uma mata utilizada comunitariamente desmatando-a, destruindo as nascentes hídricas para a construção de um empreendimento imobiliário, são alguns desses conflitos (Mapa 4).

O entendimento de compor a natureza, que se relaciona com os vivos e com os não vivos, é presente nesses territórios, o território é também parte importante do que os constitui, o território faz parte do ser. Defende-se aqui que nos territórios apresentados há uma cosmopercepção de natureza antagônica à cosmovisão de natureza fundada com o advento da modernidade e com a hegemonia do Ocidente.

Nesse sentido, tais territórios trazem consigo a possibilidade de conservação ambiental, a partir das existências de práticas ancestrais de relacionamento com a natureza. Aqui a cisão entre homem-natureza não é encontrada, aparecendo apenas quando há a inserção de sujeitos exógenos ao território, os quais articulam suas ações a partir das noções de desenvolvimento e progresso.

Águas rasas, conhecimento profundo

Ao apresentar essas considerações analíticas presentes nos territórios pesqueiros e quilombolas da Baía de Todos os Santos, me deparo com uma realidade na qual as comunidades conservam a natureza a partir dos seus modos de fazer, viver e criar, não sendo necessários órgãos de fiscalização para que isso ocorra. O controle e a gestão do território são, em boa parte, exercida pelos/as próprios/as pescadores/as e quilombolas.

Apesar da existência da conservação ambiental, tão almejada nas falas dos políticos e dos governos planetários, esses territórios veem a sua soberania ameaçada, quando há a implantação de empreendimentos. Geralmente, esses empreendimentos se apropriam de áreas que eram utilizadas comunitariamente e que servem para a manutenção da vida em comunidade. Quando isso ocorre e não há a interferência do Estado para garantir a preservação dos territórios, todas as práticas de conservação ambiental estão correndo risco, pois expropriados de seus territórios seja pela contaminação ou pelo impedimento do acesso, os pescadores e quilombolas são obrigados a refazer suas vidas em condições de desvantagem.

Nesse sentido, esse artigo defende que a conservação ambiental realizada pelas comunidades tradicionais deve ser entendida como um modelo que deu certo, e que, portanto, seus territórios devem ser respeitados, garantindo a soberania na gestão dos mesmos. Isso pode ser comprovado pela própria atuação dos povos e comunidades tradicionais que se organizam pela defesa de seus territórios. No caso da Baía de Todos os Santos damos destaque para a

atuação do Movimento de Pescadores e Pescadoras Artesanais, que luta constantemente pela defesa dos territórios pesqueiros e quilombolas.

Referências

CORDEIRO, Paula Regina de Oliveira. *Essa terra é para filh@s e net@s não vende e não pode trocar: a disputa entre o território tradicional quilombola-pesqueiro de Rio dos Macacos e o território militarizado da Marinha do Brasil*. Dissertação (Mestrado -Geografia). Universidade Federal da Bahia, POSGEO, UFBA, 2019.

LOPES, Marizelha. *Conferência no III Seminário espaços costeiros*, UFBA. 2016.

MARINHA DO BRASIL. *Audiência Pública sobre o conflito no Quilombo Rio dos Macacos no Ministério Público Federal*. MPF. 2018 (áudio)

MPP. *Cartilha para Trabalho de Base da Campanha pelo Território Pesqueiro*. 2012.

MPP. *Representação ao MPF sobre o caso da comunidade tradicional pesqueira de Mapele*. 2016.

RAMALHO, Cristiano Wellington N. *Ah, esse povo do mar!: um estudo sobre trabalho e pertencimento na pesca artesanal pernambucana*. São Paulo: Polis. Campinas, SP: Ceres, 2006

ROSE MEIRE. *Audiência Pública sobre o conflito no Quilombo Rio dos Macacos no Ministério Público Federal*. MPF. 2018 (áudio)

SACRAMENTO, Elionice. *Da diáspora negra ao território das águas: ancestralidade e protagonismo de mulheres na comunidade pesqueira e quilombola Conceição de Salinas- BA*. 2019. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em desenvolvimento sustentável, Universidade de Brasília, Goiás.

SEPPPIR. *Plano Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana 2013-2015*. 2013.

AUTOR – Paula Regina de Oliveira Cordeiro
E-mail: paulareginacordeiro@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0002-5832-3860>

Recebido em: **23/11/2022**

Aprovado em: **09/02/2023**